

QUANDO OS FILHOS DE MARTE PARTEM DA LUSITÂNIA: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa

Francis Albert Cotta¹

Resumo

Trata do processo de mundialização da cultura militar lusitana operacionalizado através dos diálogos estabelecidos pelos portugueses na Europa, Ásia, África e América. Um processo de *longa duração*, permeado por hibridismos, hipermeabilidades, reapropriações e sobreposições de práticas bélicas. O arcabouço bélico construído durante os diversos contatos, inclusive os ganhos advindos da inserção de Portugal na *Revolução Militar Européia*, estaria disponível aos administradores (vice-reis e governadores) nas diversas partes do Império Ultramarino Português.

Palavras-chave

História Militar de Portugal, Expansão Marítima, América Portuguesa, Mundialização.

Introdução

Parte-se do pressuposto de que a Instituição Militar, enquanto forma organizativa permanente, a exemplo dos atos da vida cotidiana, poderia ser objeto de uma interpretação profunda ou densa², através do exercício de uma hermenêutica das formas simbólicas. A instituição militar estaria repleta de representações, imagens, categorias, e sentimentos. Ao se identificar os quadros fundamentais de cognição e sensibilidade³ os detalhes do universo militar lusitano ganhariam sentido.

O conceito de universo militar adotado neste ensaio, numa perspectiva cultural, está relacionado aos signos e às diversas formas com que eles são criados, transmitidos e interpretados pelos militares. Assim como Weber e Clifford Geertz, pensa-se o homem como um “animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (Geertz, 1989: 15).

A cultura militar lusitana resultaria no diálogo entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re) apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas bélicas. Nesse sentido, procura-se interpretar os sentidos dos comportamentos dos militares em função de sua mobilidade física, e do intenso trânsito de informações e práticas resultante de suas ações nas quatro partes do mundo. Vislumbra-se a compreensão, mesmo que parcial, do processo histórico de institucionalização e consolidação do aparato militar lusitano, através de um processo de mundialização de práticas bélicas.

Num primeiro momento lança-se o olhar para as contribuições dos visigodos e dos mouros no processo de estruturação militar na Península Ibérica. Em seguida, procura-se colocar em evidência as trocas, no campo da tecnologia dos armamentos, que se sucederam com os chineses, através de Macau. Posteriormente, com o avanço da artilharia e conseqüentemente da engenharia, o diálogo seria estabelecido com os italianos, através da apropriação de técnicas construtivas do sistema de fortificação defensiva. Já no início do século XVIII, a influência viria dos franceses. Neste estudo procura-se resgatar a importância dos saberes práticos construídos através dos diálogos bélicos com a Ásia, África e América, e como este arcabouço proporcionaria as bases para a administração em diversas partes do Império Ultramarino Português.

Os estudos da Arte da Guerra em Portugal têm se baseado em obras impressas a partir de meados do século XV, em inúmeros tratados manuscritos e em relatos memorialistas feitos por militares destacados na África, Ásia e América. Nota-se, nesses escritos que a *Pena de Marte* privilegiou os feitos de seus filhos. É bom destacar que Marte, o deus da guerra na mitologia romana, era considerado o pai do povo romano. Por sua vez, a província romana denominada Lusitânia, teria sido fundada na Península Ibérica, com capital em Emérita Augusta (Mérida), pelo imperador Caio Júlio César Otávio Augusto, que governou de 27 a.C. a 14 d.C.

¹ Doutor em História - UFMG. Pesquisador no Grupo: *Guerra e Sociedade*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Grupo de História Social da Cultura, da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha. Universidade do Estado de Minas Gerais.

² Essa interpretação densa seria a leitura de práticas humanas dirigidas de forma a identificar os sistemas simbólicos (de idéias e valores) que lhes subjazem e nos termos das quais elas ganham sentido para os próprios agentes (Geertz, 1989).

³ Esses quadros são fenômenos de longa duração (Braudel, 1976).

Neste ensaio interessa saber como as práticas bélicas lusitanas foram construídas. Qual as contribuições dos diversos povos com os quais Portugal estabeleceu diálogos. Nas páginas que se seguem procura-se apenas lançar luz sobre fragmentos que permitam despertar para algumas questões, é apenas um trabalho exploratório, sem maiores pretensões.

Os visigodos e os árabes: organização, táticas e estrutura

Até meados do século XV, Portugal foi marcado pelo modelo militar árabe e pela herança visigótica. Uma estrutura militar composta por *Alcaides* (encarregados da vigilância e conservação dos castelos, e do comando das operações militares), *Anadéis* (responsáveis pelos *besteiros do conto*⁴) e *Coudéis* (incumbidos da inspeção e provimento dos cavalos). A reunião de vários vassallos dispostos para a guerra formaria a *Hoste ou Mésnada*, que, originariamente, seria comandada pelo rei.

A obrigação de servir ao soberano seria uma herança da monarquia visigótica. O serviço militar constituía um dever geral para homens livres, obrigando-os à apresentação de um certo número de escravos para a guerra decretada pelo rei. Deficitária no que diz respeito à sua preparação para os combates, a *Hoste* era frequentemente sujeita a revistas e *alardos*⁵. Até o século XIII, seu comando cabia ao *alferes-mor*⁶, auxiliado por capitães, que por sua vez eram apoiados por diversos oficiais e pela ação dos batedores e exploradores como o *adail*, o *almotacém*, e os *almogávares*. Uma vez que não dispunha de uma estrutura logística, o abastecimento da *hoste*, durante os deslocamentos, era garantido pelas doações e mesmo pelos saques feitos às comunidades.

A prestação de serviços militares não implicava o recebimento de uma remuneração fixa e permanente, esta se fazia sob a forma de benefícios e isenções ou com a partilha dos despojos tomados dos adversários. Tais costumes, registrados nas *Sete Partidas*, que consignam as codificações de Afonso V (1432-1481) - derivadas das *Sete Partidas* codificadas por Afonso X de Castela (1221-1284) - constituem a base do sistema militar português.

O caráter de *excursão* que tinha toda a ação de forças medievais contra o inimigo era comum à maneira árabe de combater. Todos os homens válidos tomavam parte da expedição. Terminada a guerra e repartidos os espólios, os homens regressavam aos trabalhos rurais, aos labores da indústria e do comércio.

Com a expulsão dos mouros, abriu-se o leque de influências bélicas para a Europa, através da Inglaterra, Espanha, Itália e França. Com a Expansão Marítima, as trocas se expandiriam. O Rei afirma-se “*pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além-mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.*” Tal percepção implica um alargamento territorial da capacidade de exercício de soberania que vai requerer a sua extensão simbólica e militar. O rei é caracterizado como “*juiz supremo, pai e chefe de linhagem, senhor de sua casa e seus vassallos, chefe militar*” (Alves, 1985: 56).

O modelo militar praticado pelos portugueses no Oriente e no Índico, durante os séculos XIV e XV, ainda seria influenciado por técnicas árabes, caracterizando-se por incursões rápidas e violentas em território inimigo. Os soldados eram lançados sobre as forças contrárias em busca de saque e de glorificação pessoal, semelhantes às entradas, *almogavarias* e *razias*, praticadas no norte da África⁷. Estas movimentações, ao contrário do que se pensa, teriam obedecido a princípios táticos razoavelmente elaborados, e com frequência, bastante imaginativos, alicerçados em conhecimentos anteriores e, sobretudo, numa sabedoria acumulada ao longo dos tempos. Itinerários criteriosos, baseados na experiência de mercadores e peregrinos, recursos a guias locais ou utilização de espiões não eram fatores desconhecidos dos chefes militares (Contamine, 1980).

⁴ O recrutamento dos besteiros do conto, iniciado no governo de dom Afonso IV (1325-1357), seria realizado nos concelhos, preferencialmente entre os mesteirais. O arrolamento pressupunha uma distribuição criteriosa pelas várias comarcas do reino (Monteiro, 1987: 168).

⁵ Era uma revista ou parada a que deviam acudir todos os homens. Tinha função administrativa e de recontagem.

⁶ A partir da interferência inglesa, o principal *cabo do exército* passou a ser o condestável, ficando o alferes reduzido à função de levar a bandeira real quando o soberano ia na *hoste*. Nesta época são estabelecidos os postos de marechal, responsável pela administração superior e pela justiça, e o de aposentador-mor, designado para alojar as tropas.

⁷ *Almogavarias*, do árabe *al-mugavar*, designa uma entrada ou correria em terras de mouros, chefiada por um *adail*. *Razias* seriam as cavalgadas rápidas pautadas pela ocorrência de algumas batalhas campais.

Aos poucos se desenvolveu uma técnica mais apurada na disposição do arraial e na utilização do sistema ofensivo de *Palanques*⁸, torres móveis e plataformas elevadas. Incrementou-se a eficácia do parque de artilharia de sítio e de posição, traduzida em maior quantidade e qualidade do armamento e dos artilheiros.

Os chineses: o aperfeiçoamento da artilharia

A pólvora fora introduzida na Europa pelos árabes, o que gerou um gradativo aperfeiçoamento da artilharia. Para corresponder às necessidades dos progressos do armamento, no reinado de dom Afonso V (1438-1481) criou-se o cargo de *vedor-mor de artilharia* e, no de dom João II (1481-1495), o de *anadel-mor de espingardeiros*. Com o aperfeiçoamento do armamento português ocorreria a transferência desta tecnologia para a Ásia, através de Macau.

Em 1520 iniciou-se a produção chinesa de espingardas, pistolas e canhões de bordo do tipo português. Macau, enquanto centro difusor da tecnologia europeia na Ásia Oriental, acelerou este processo. Por volta de 1620, com a fundição de canhões de Manuel Tavares Bocarro, Macau se tornou um grande centro asiático de produção de canhões. A China Ming utilizava os Folang-Chi - canhões ao molde português, ou seja, falcões, e os Kung Chung - canhão de tipo ocidental (Barreto, 2003: 50).

Apesar do fraco alcance e da lentidão de tiro dos *arcabuzes*⁹ e, depois, dos *mosquetes*¹⁰, as armas de fogo determinaram o fim das armas de propulsão neuro-balística¹¹ e das armaduras medievais, transfixadas por projéteis disparados à curta distância. Paulatinamente os *trabucos*¹² seriam substituídos por uma artilharia movida a pólvora, que propelia balas de ferro. Outra consequência do emprego da arma de fogo, assim como do progresso que estas experimentaram em termos de alcance e de capacidade destrutiva, foi o rápido desaparecimento da fortificação de traço vertical, pondo fim à guerra medieval de manobra, escaramuças e assédio¹³.

O castelo cristão derivou e aproveitou a *alcáçova* árabe, embora tenha algumas pequenas diferenças e lhe acrescente um elemento original: a torre de *Menagem*. Esta, além do seu valor simbólico feudal, tinha real valor militar. A função do castelo ibérico era a defesa de uma área e o recolhimento da população em situações de perigo, sendo, por isso, um castelo estratégico. Essa função distingue-o do *donjon* francês e do *keep* inglês, que eram essencialmente residências senhoriais (Nunes, 1988).

Os italianos: o sistema de fortificação defensiva e a Revolução Militar

Durante o século XVI o *traçado italiano* se impôs de forma hegemônica por toda a Europa. Nos finais do século XV foram produzidos nos Estados italianos uma série de mudanças nos sistemas de fortificações defensivas. Esse sistema de defesa contra os tiros de canhões consistia em muralhas baixas de grande espessura, apoiadas, pelos flancos, pelo fogo proveniente da artilharia.

As inovações tecnológicas experimentadas por Portugal através do avanço do armamento, do sistema defensivo e das transformações nas estruturas da *gente de guerra* e do Estado seriam características que teriam inserido a nação lusitana naquilo que se chamou de *Revolução Militar*.

Para Michael Roberts (1956), no período compreendido entre 1560 e 1660, estaria em curso na Europa a *Revolução Militar*. Ela teria como características: 1) a *revolução tática*, que

⁸ Paliçadas de madeira, desmontáveis e transportáveis que eram utilizadas como forte de campanha.

⁹ Sua eficiência de tiro era de até 45 metros e pesava cerca de 25 quilos.

¹⁰ Não atingiriam com precisão um alvo colocado a mais de 70 metros e seu peso era de 8 quilos. Posteriormente os mosquetes de pederneira ou roda foram substituídos pela clavina.

¹¹ Normalmente baseadas no arremesso de projéteis (como setas, flechas e virotões) através da tensão de cordas, e de que se destacavam o arco e a besta. Dispunham de alcances eficazes (algo em torno os 200 metros). O arco revelava-se muito mais rápido (produzia cerca de 12 tiros por minuto), enquanto a besta – usada tanto a pé quanto a cavalo – era bastante difícil de manusear (cerca de 3 tiros por minutos), sendo, contudo, mais precisa e de impacto consideravelmente maior (daí a sua condenação no Concílio de Latrão II). Ambos tiveram enorme repercussão nos séculos XIV e XV (Matos, 1945)

¹² Invenção hispano-moura da Andaluzia destinada a expedir pedras e objetos inflamáveis contra as praças.

¹³ O arsenal de assédio tradicional se baseava mais na escalada dos muros – através de bastidas (torres de madeira móveis), escadas, gatas (pequenos artifícios de madeira em forma de castelo, destinados ao pique da muralha) – e na projeção, para o seu interior, de projéteis e materiais inflamáveis, do que propriamente na sua derrubada.

substituiu os enfrentamentos de homens armados de piques por formações lineares que utilizavam *as armas de fogo* como principal instrumento de combate; 2) o *aumento do tamanho dos exércitos*, que colocou a infantaria em local privilegiado; 3) o desenvolvimento de *novas estratégias*; 4) a *repercussão da guerra sobre a sociedade*, tendo em vista os custos econômicos e humanos a serem despendidos para sustentar um exército permanente, fato que levaria à uma maior autoridade dos Estados, o desenvolvimento de uma nova burocracia, à centralização do poder e à consolidação de políticas absolutistas.

Investigações posteriores ao estudo de Roberts questionaram sua cronologia, pois a *Revolução Militar* poderia ser rastreada desde o século XIV, indo até o século XVIII. A idéia de *Revolução Militar* foi colocada em questão alegando-se que seria problemático atribuir o conceito de *revolução* a um processo que teve uma duração de quatro séculos.

Alguns autores negam a existência de uma *Revolução Militar*, não admitindo que foram produzidas mudanças transcendentais na estrutura dos exércitos, dos governos que os sustentavam e nas formas de fazer a guerra. Estes historiadores preferem propor a existência de uma *Reforma Militar* - um conceito claramente desenvolvido na obra de John Rigby Hale sobre o exército do Renascimento (Hale, 1985), e por Franco Cardini, que interpreta a evolução dos exércitos e da guerra na Europa moderna a partir de uma perspectiva cultural (Cardini, 1992). Outras questões se seguiriam, tais como a importância da revolução tecnológica (Parker, 1972, 1988), e a relação entre o militar e a formação do Estado Moderno (Tilly, 2000).

Geoffrey Parker (1972), partindo das idéias de Michael Roberts, analisou a evolução tecnológica das armas de fogo e das táticas postas em jogo nos combates navais e terrestres, assim como nas guerras de sítio. Destacou a importância das mudanças tecnológicas e dos avanços da arte da guerra como elementos principais na formação dos primeiros impérios globais entre 1500 e 1750. Ele ampliou o marco cronológico da *Revolução Militar* e estimou que a posição hegemônica da Europa no resto do mundo viria pela superioridade que a *Revolução Militar* iria outorgar para o domínio de outros continentes.

As críticas ao modelo tecnológico de Parker se concentraram em três considerações: 1) no plano conceitual destacou-se a pouca atenção dada na relação existente entre o desenvolvimento dos exércitos e a formação do Estado Moderno; 2) as modificações argumentadas por Parker teriam sido produzidas anteriormente à cronologia indicada (Rogers, 1995; Ayton, Prince, 1995) e por uma outra parte que havia continuado após 1660, tendo tanta importância ou mais as transformações do século XVIII (Black, 1990); 3) partindo de uma perspectiva espacial, criticou-se a ausência em sua argumentação, de elementos que possam explicar as razões pelas quais as civilizações extra europeias, sobretudo no âmbito do mundo islâmico, não adotaram as inovações da *Revolução Militar* europeia (Castillo, 1999).

A discussão teórica sobre o conceito de *Revolução Militar* e o modelo tecnológico elaborado por Geoffrey Parker possibilitou lançar luz sobre o processo de institucionalização da engenharia e da artilharia. Ela potencializou as discussões da relação entre *teoria e prática* ou, numa fórmula que afluía em papéis coevos, entre *ciência e experiência*.

Ao longo do século XVII os engenheiros militares fizeram valer a sua destreza e habilidade técnicas. Gradativamente ocorreria a afirmação do estatuto de engenheiro como detentor de um campo específico do saber. A complexidade cada vez maior dos programas construtivos estaria diretamente relacionada à sofisticação da artilharia.

A artilharia passou a influenciar decisivamente as novas formas de se construírem as fortificações: as grandes muralhas medievais se abaixaram; mudou-se o traçado das obras para obtenção dos fogos cruzados; modificaram-se os métodos de construção para proteção das guarnições e criaram-se obstáculos para impedir a aproximação. A arte de bem fortificar tornava-se um negócio do Estado. Neste processo multiplicaram-se os livros sobre fortificações e os engenheiros transformam-se em figuras fundamentais do poder (Vérin, 1993: 91).

A soma de saberes postos à disposição dos engenheiros e difundidos através de aulas institucionalizadas, e dos livros elaborados pelos mestres, e copiadas pelos alunos, alcançava também outras categorias profissionais, dentro e fora das estruturas militares, como era o caso dos artilheiros e dos oficiais de pedraria. Os manuscritos, acompanhados das suas demonstrações gráficas, circulavam facilmente entre diversos meios e eram objeto de comentários e de estudo. Para os

artilheiros, havia lições específicas, recebidas dos engenheiros militares, nas quais se exemplificava, através dos desenhos, as regras da pirobalística e o sistema construtivo das peças de artilharia.

Subordinada à matemática e à geometria, e ligada à arquitetura, à astronomia e à náutica, a engenharia militar foi ensinada em Lisboa desde meados do século XVI. Durante os reinados de dom João II (1481-1495) e de dom Manuel (1495-1521), funcionou nos *Armazéns da Mina* e depois, da *Índia*, uma escola ligada à cartografia, cosmografia, astronomia e astrologia. Ao longo desses anos todas as ciências ligadas à náutica e à prática dos descobrimentos aparecem, tendo como base de cálculo os números árabes e a aritmética (Moreira, 1998).

Nos finais do reinado de dom Manuel (1495-1521) encontravam-se sumariamente definidas as políticas de controle e defesa do território. Por um lado, estaria a produção cartográfica náutica, que permitia o acesso aos territórios ultramarinos. Por outro, a divulgação da aritmética e depois da matemática prática. Nos armazéns da Mina e da Índia funcionou uma aula de astrologia, na sequência da qual veio a surgir o cargo de cosmógrafo-mor, ocupado por Pedro Nunes em 1547 e, segundo o regulamento do cargo de 1559, competia-lhe assegurar a *Lição de Matemática*.

Se com dom Manuel institucionalizou-se uma prática teórica alicerçada na experiência, com o advento de uma outra geração de nobreza da corte, de fidalgos, importaram-se vários técnicos italianos. Progressivamente teria sido afastada uma geração de raiz mudéjar e judaica, ligada a um certo experimentalismo e mercantilismo, sendo substituída por uma outra geração de fidalgos cristãos-velhos e de letrados humanistas.

Neste quadro pode-se entender a subida das antigas aulas dos *Armazéns* para o *Paço*, assim como a progressiva introdução da cultura humanista e religiosa católica na esfera das ciências náuticas, até então dominadas por técnicos cristãos-novos. Inicia-se a importação de tratados, engenheiros e arquitetos italianos.

Na época de dona Catarina (1562) ocorreu a reorganização da antiga *Aula do Paço*, passando a denominar-se *Lição dos Moços Fidalgos*, tendo como principal função servir à educação de dom Sebastião. Nessa aula, pelo menos desde 1568, era lecionada matemática. Um dos seus professores era Antônio Rodrigues¹⁴, que estudara arquitetura na Itália em 1579 e produzira a *Arquitetura Militar*. A obra de Rodrigues apresenta como base a tratadística italiana da época, mas especialmente servida por uma matemática de expressão portuguesa, ou seja, eminentemente prática.

Com a morte de Antônio Rodrigues, Filipe II nomeou Filippo Terzi¹⁵ para o lugar de mestre de todas as obras reais e, ainda, para a professor de arquitetura na *Aula do Risco*. A chamada *Aula do Risco*, com seus “três lugares de aprender arquitetura” para “pessoas naturais deste reino”, era um estágio prático dentro da tradição manuelina para progressão profissional na carreira. Os aprendizes tinham como obrigação assistir ao engenheiro-mor, ficando a parte teórica a cargo da *Aula da Esfera* e da *Lição da Matemática*. Era, assim, um estudo preponderantemente prático e quase que oposto à antiga *Aula do Paço*.

No último quartel do século XVI assistiu-se à implantação de uma importante estrutura de ensino por parte da *Companhia de Jesus*. Por volta de 1580, teria começado a funcionar no Colégio de Lisboa uma *Aula da Esfera*, orientada para o ensino da matemática e onde se lecionou *Arquitetura Militar* (Albuquerque, 1972).

Com a dinastia de Bragança, logo em 1641, passou a trabalhar no Paço o então cosmógrafo-mor Luís Serrão Pimentel. Nesse mesmo ano foi instituída a *Aula de Artilharia e Esquadria*. Seis anos após, transformou-se em *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar* e, em 1675, passou a denominar-se *Academia Militar da Corte*¹⁶. Paralelamente à *Aula de Fortificação*, algumas aulas eram ministradas no colégio jesuíta de Santo Antão.

Em 1680 Luís Serrão Pimentel conclui o *Método lusitânico*. Nesta obra procurou equilibrar a tradição portuguesa e o mais atualizado corpo teórico internacional da época¹⁷. A elaboração do *Método lusitânico* foi possível graças ao contato estabelecido com os numerosos

¹⁴ Ocupou o cargo de “*Mestre das Obras de El-Rei*” (Arquiteto-mor) de 1564 a 1590, na sucessão de Miguel Arruda. Também ocupou a função de “*Mestre das Obras das Fortificações*” (Engenheiro-mor) (Moreira, 1998).

¹⁵ Filippo Terzi, natural de Bolonha, arquiteto e engenheiro, foi para Portugal durante o reinado de dom Sebastião. Trabalhou em Lisboa desde 1577. Foi mestre-de-obras do Convento de Cristo em Tomar (1584) e a partir de 1590, *Mestre das obras de El-Rei* (Arquiteto-mor). Foi o primeiro professor de arquitetura em Portugal (Viterbo, 1922).

¹⁶ DECRETO de 13/5/1641, e de 12/7/1647, respectivamente.

técnicos que passaram por Portugal; com os vários tratados então editados¹⁸; e com a prática exercida por Pimentel através da construção de diversas obras.

Em 1701, fundou-se a Academia de Fortificação e Artilharia da praça de Viana do Castelo, e em 1713 a da praça da Baía de Todos os Santos. Em 1738, foi criada a *Aula do Terço de Artilharia*, no *Trem*¹⁹ do Rio de Janeiro, reformulando a anterior, determinada em 1698. A direção desta aula, em que se ensinaria a *arte de desenhar e erigir fortificações*, caberia ao capitão-engenheiro Gregório Gomes Henriques, que se encontrava na praça do Rio de Janeiro desde 1694. (Pirassinunga, 1942: 8).

Os franceses: engenharia e cartografia

No início do século XVIII a engenharia portuguesa seria marcada por Manuel de Azevedo Fortes²⁰, autor do livro *O Engenheiro Português*, produto de sua aprendizagem na França. A principal referência vai para os trabalhos de Antoine de Ville e do Marquês de Vauban, abundantemente citados²¹. O *Engenheiro Português* seria uma obra crítica que, na sequência do *Método Lusitano*, reformulava e reordenava logicamente a longa experiência portuguesa e internacional neste campo.

Os engenheiros militares tiveram como atividades: a fortificação e defesa; o reconhecimento do território e a inventariação de recursos; o ordenamento urbano; a construção de infra-estruturas e a cartografia. Pela mão dos engenheiros, o desenho adaptava-se também à descrição do espaço. Habitados, por uma ampla formação de base, às complexidades da náutica e da astronomia, da geografia e da agrimensura, estavam, por isso, especialmente preparados para a produção cartográfica (Soromenho, 2001: 23).

Maria Eliza Linhares Borges (2001) destaca que, no processo pedagógico dos responsáveis pela arte de desenhar mapas, se inseria o saber conceituar o espaço de acordo com os interesses, materiais e ideais dos patrocinadores, algo fundamentalmente ligado às instâncias de dominação, guerra e administração (Borges, 2001: 133).

A constituição de um saber prático: Índia, África e América

Além da constituição de saberes tidos como técnicos (artilharia, engenharia, cartografia), o universo militar português seria marcado pela experiência prática dos soldados que serviam em diferentes localidades da Ásia, África e América. Através da mobilidade, dos contatos corpo-a-corpo e das reflexões sobre a *praxis* beligerante, os militares portugueses agregavam valores e faziam os saberes circularem.

As mudanças da *Arte da Guerra* impulsionariam oficiais e soldados à reflexão sobre as práticas beligerantes. Grandes tratados militares surgiriam, a partir do século XVI. Escritos elaborados não somente por nobres e fidalgos, com formação universitária, mas também por *soldados práticos*. Com vistas a soluções práticas, misturaram-se tradições guerreiras de diversas matrizes, aprovadas ou remodeladas de acordo com os contextos e com as demandas locais.

Para a Ásia Portuguesa, destacou-se o caso de Francisco Rodrigues Silveira. O soldado Silveira, natural do Lamego, não estudara na universidade e tinha origens modestas. Em 1585, aos 27

¹⁷ Dentre outros, cita Adam Fritach que escrevera *L'Architecture militaire ou la fortification nouvelle* (1640); Blaise Pagan, responsável por *Les fortifications* (1645); Matthias Dögen, escritor de *L'Architecture militaire moderne ou fortification* (1648); além de Tycho Brahe, Tensini, Goldmann, Castrioto e Pedro Nunes.

¹⁸ Entre 1642 e 1643 esteve em Portugal o marechal de campo francês Blaise François de Pagan, autor de *Les fortifications du comte de Pagan*, publicado em Paris em 1645. Posteriormente, o francês Allain Manesson Mallet, *Ingenieur des champs* e *armées du roy de Portugal*, nomé *sergent major d'artillerie dans la province d'Alentejo*.

¹⁹ Originariamente o *Trom* era o nome dado às primeiras bocas de fogo, feitas em ferro forjado.

²⁰ Educado no Colégio Imperial de Madri, passaria depois ao de Alcalar de Henares e ao de Plessis da França. Findado os seus estudos, concorreria como opositor da cadeira de Filosofia da Universidade de Siena, na Itália. Lecionou na Academia Real de Fortificação e na Aula de Fortificação de Lisboa, sendo engenheiro-mor do Reino em 1719.

²¹ Salienta-se que, embora a chamada *escola francesa* de fortificação se filiasse aos pressupostos da *escola flamenga*, então ligada à Academia Militar de Bruxelas, liderada por Sebastián Fernández de Medrano, e em que assentava a sua congênere de Madri, os métodos da escola de Vauban acabariam por ser muito mais flexíveis. No entanto, todas as escolas de fortificação européias passaram, a partir dos finais do século XVII, a aceitar, em teoria, todos os princípios gerais divulgados pelo marechal da França.

anos de idade, como soldado já experimentado, partiu para a Índia. Após ali servir por treze anos retornou à Lisboa²². Em 1598 iniciou a elaboração da *Reformação da Milícia*, livro que lhe rendeu uma tença de cinquenta mil réis anuais²³.

A *Reformação da Milícia* é um discurso em torno do sentido e do valor da expansão portuguesa no mundo. Relaciona a sobrevivência do Estado com sua função militar, soando de forma mais marcante do que o *Soldado Prático*, de Diogo do Couto²⁴. A *Reformação da Milícia*, centrada no Estado da Índia e no parêlho político-militar, divide-se em dois grandes campos de temas e de problemas. O campo *descritivo*, que transmite a informação pontual sobre este ou aquele fato militar, político ou administrativo, e o campo *normativo e explicativo*, que procura teorizar as causas que originam os fenômenos de desordem descritos, bem como formular as alternativas necessárias para a metamorfose da desordem existente, em ordem militar, política e estratégica²⁵.

Através dos escritos de Silveira, podem-se identificar fragmentos do cotidiano dos soldados portugueses na Índia. O primeiro desafio dos soldados seria sobreviver à viagem, marcada pela “corrupção das gengivas, febres pestilentas, fluxos de ventres e outras enfermidades”, originadas por água contaminada, mantimentos deteriorados e pela falta de alimentação. Os sobreviventes desembarcavam na barra de Goa, sendo recebidos por uma salva de gritos e apelidos infames, proferidos não somente pelos “jovens e negros, mas também pelos práticos de sua mesma nação e pátria”. Aqueles que não possuíam dinheiro ou uma carta para um amigo ou parente dormiriam nos alpendres das igrejas ou dentro de algum navio. Como não recebiam imediatamente os soldos, eram obrigados a vender seus objetos pessoais, alguns morriam de doença ou de subnutrição e outros acabariam por servir a um chefe indiano (Silveira, 1599, Liv. I, Cap. IV).

Silveira destaca a necessidade de abastecimento alimentar, pagamento regular dos soldos, entrega de fardamento e alojamento, pois o soldado “não teria medo nem guardaria respeito e obediência” se não estivesse vestido, calçado, armado, farto e com algum dinheiro na bolsa. Silveira indagava: “como o soldado exerceria as suas funções de proteção e segurança estando esfarrapado, descalço, faminto, desarmado e sem dinheiro? Que coisa há no mundo mais forte e eficaz para fazer rebelar gente de guerra do que a fome?” (Silveira, 1599, Liv. I, Cap. V).

A realidade militar na Índia assentava-se ocasionalmente em forças reunidas para missões pontuais e que depois se dispersavam (Souza, 1930, p.17). Como os soldados só eram pagos quando necessários para operações militares sazonais, esperavam tempo indefinido antes de obterem salários, isto quando não eram enganados pelos vice-reis, que lhes pagavam parcialmente o valor devido (Silveira, 1599, Liv. II, Cap. II). Todavia, alguns conseguiam alterar essa situação. Alistavam-se e, após recolherem parte de seus soldos²⁶, fugiam para “os palmares”, territórios muçulmanos no norte, onde usavam o dinheiro em práticas comerciais fora do espaço português (De Coutre, 1991: 383).

Quando os soldados se apresentavam para as atividades militares, deveriam possuir armas particulares, cuja natureza era deixada inteiramente à sua escolha. Alguns apareciam com facas velhas e enferrujadas, outros com mosquetes ou chuços, havia ainda aqueles que portavam “armas fantasiosas”, que, na verdade, somente serviam para serem mostradas, não tendo nenhum potencial

²² Após servir oito ou dez anos, o soldado poderia voltar à Portugal. De posse de seu certificado de serviço militar geralmente pedia recompensas à Coroa (Boxer, 1977: 289).

²³ Dom Filipe II concede uma tença de cinquenta mil réis a Francisco Rodrigues Silveira. Lisboa, 26/11/1606. CHANCELARIA de D. Filipe II, livro 18, fls. 181-181v. ANTT. Fato que se deu não sem muita insistência, pois conforme Silveira relatou, por dez vezes se deslocou à Madri e Valhadolid para “mostrar a ordem que se devia ter o Estado da Índia para poder se defender de todos os seus inimigos com grande facilidade e menos despesa do que ali se fazia”. Cf. CARTA de Francisco Rodrigues Silveira, inclusa no final dos *Discursos sobre a Reforma da Justiça da Comarca da Beira e Entre Douro e Minho*. Caria, 25/10/1630. BPNA. Códice 49-XI-19, fl. 99.

²⁴ Diogo do Couto (1612) escolheu o mau funcionamento do alto oficialismo como terreno para seus diálogos, mas esqueceu-se de dizer a razão pela qual os abusos que descreve são destrutivos, exceto para sugerir que são ofensivos a Deus que usa a Holanda como instrumento para punir Portugal. É irônico ter chamado ao seu trabalho de *O soldado prático* e falar acerca de tudo exceto da tropa. (Couto, 1612)

²⁵ Na presente investigação, o despertar para as questões militares na Ásia Portuguesa deve-se, sobretudo à generosidade acadêmica e às indicações do professor Sanjay Subrahmanyam da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris.

²⁶ Uma das causas da aversão ao serviço militar no século XVII procedia da sujeição da liberdade, expressa no cativeiro dos soldados por toda a vida, e na obrigação imposta aos pais e parentes – ou na falta destes, aos mestres de ofícios, vizinhos e oficiais de ordenança – de serem seus fiadores. Fiadores não apenas das fardas, armas e munições, mas também das próprias pessoas. As fianças só teriam sido inventadas para as pagas adiantadas de 2000 réis que se costumavam dar a cada soldado de leva, de tal forma que, ausentando-se o soldado, só se obrigava ao fiador o pagamento daquela quantia. Todavia, não poucos fiadores foram obrigados a servirem nas fileiras no lugar dos desertores (Costa, 1988: 996-999).

ofensivo. Alguns se apresentavam com roupas da moda, mas desarmados. Não havia uma preocupação dos comandantes em padronizar os armamentos ou constatar sua funcionalidade.

Em Portugal, a atribuição de se recrutar homens para servir na Índia foi delegada, inicialmente, aos corregedores das comarcas, que determinavam aos juizes das vilas e concelhos a apresentação dos moradores aptos. A notícia da necessidade de soldados para o além-mar afugentava os vassallos, e logo se estabeleciam os arranjos e subornos, de forma que se “proveram as casas dos corregedores e dos meirinhos, além dos juizes e muitos outros a quem os tristes lavradores tomavam por padrinhos e lhes deixam na mão muito mais do que pediam” (Silveira, 1599, Liv. II, Cap. XVI). Os homens recrutados e enviados para a Índia seriam aqueles que não estavam inseridos em *redes de proteção* ou não possuíam recursos financeiros. Dessa forma, o envio de homens sem treinamento e recrutados à força traria mais prejuízos do que benefícios ao serviço militar.

O recrutamento de homens pobres, alguns encaixados forçosamente sobre o rótulo de vadios e delinquentes, tornou-se uma prática utilizada para suprir os contingentes nas diversas localidades do Império português. Em 1701, tendo em vista o grande número de delinquentes e vadios em Portugal, dom Pedro II (1648-1706) decidiu deportar para a Índia aqueles que pela sua idade e robustez “me possam servir de soldados naquele Estado”²⁷.

No aspecto tático, vários fidalgos e soldados defendiam a *tática ofensiva à outrance*, tendo por base a inferioridade numérica dos lusitanos. Uma carga impetuosa “enervava o inimigo, que se desmoralizava e fugia ao ver as armas brancas”, pois os portugueses acreditavam que se avançassem numa formação cerrada seriam um alvo imóvel para os arqueiros indianos (Boxer, 1969: 290). Todavia, Silveira acreditava que as armas de fogo portuguesas tinham maior alcance do que as flechas. Para ele, a tática utilizada pelos portugueses se traduzia num carregamento conjunto sobre o inimigo, “como um ajuntamento de garotos”, e caso esta ação falhasse, todos fugiriam (Silveira, 1599, Liv. I, Cap. VI). Considerava inadmissível que os soldados portugueses, “gente nascida e criada em Espanha - província que não só da Europa mas do mundo todo tem das armas o principado - fugissem de negros despidos sem ânimo e sem alguma claridade de ordem de guerra” (Silveira, 1599, Liv. I, Cap. VII).

João de Brito Lemos (1631), fidalgo da casa real que também serviu como militar, insistiu no caráter desordenado do comportamento em campanha dos soldados portugueses. Para ele, “os portugueses são argutos, de bom entendimento e hábeis”. Todavia, reconhece que “pelo pouco exercício que usam da milícia são indômitos e feitos à sua vontade, não obedecendo aos seus oficiais e superiores”, conclui, porém, que “sendo exercitados se pode esperar deles o que é possível esperar-se de todas as nações do mundo” (Lemos, 1631, fl.26v).

As múltiplas sugestões da *Reforma da Milícia* queriam fundar uma arte e disciplina militares capazes de gerar superioridade frente aos inimigos através de um exército português, de gente prática, comandado por um capitão hábil e experimentado. As tropas deveriam ser rigidamente disciplinadas, “mas com brandura”²⁸. Seriam armadas com material bélico racional de alta qualidade, fornecido pelo Estado. Os víveres seriam adquiridos com o pagamento trimestral dos soldados, administrado pelos capitães.

A ética da concorrência individual deveria, segundo Silveira, presidir à seleção para os altos cargos militares, administrativos e políticos do Estado da Índia. Este critério, de aberta ascensão na hierarquia do poder, permitiria governar a Índia com base nos merecimentos e na experiência de cada indivíduo. Corroborando as idéias de Silveira, Diogo do Couto emite opiniões que visam a demonstrar a superioridade dos méritos e serviços pessoais sobre a fidalguia do nascimento. Para ele existiam “exemplos em todas as outras nações, em que se tem mais respeito à idade e experiência de guerra que ao sangue e nobreza”. (Couto, 1612, cena IX).

Para Nuno Gonçalo Monteiro (1987), a nobreza poderia ser derivada do sangue ou do príncipe, estando subdividida em três “classes”: nobreza *teológica*, nobreza *natural* e nobreza *civil ou política*. No caso da *nobreza civil ou política*, ela poderia ser obtida por vontade expressa ou tácita do rei. Dentre as funções que nobilitavam estavam os postos da milícia (Monteiro, 1987: 19-21). Neste

²⁷ DECRETO de 23/9/1701. Coleção cronológica da legislação portuguesa, p. 19-20.

²⁸ Nesta tradição, João de Medeiros Correia (1659), auditor-geral do exército, aconselhava ao oficial superior a “não se arriscar”, ser “severo” para com os subordinados (sabendo, embora, usar também de conveniente “brandura”), ser eloquente (porque pela via de uma cuidada oratória, os soldados “se acendem em nova coragem e alcançam a vitória”) e, principalmente, que saiba impor e manter a disciplina (CORREIA, 1659, p. 75-76).

sentido será verificada a progressiva separação entre “estado”²⁹ e as funções sociais tradicionais. Nobres são cada vez menos os apenas “defensores” (militares), ao mesmo tempo que, com o aparecimento de exércitos profissionais e massificados, muitos militares não são nobres (Hespanha, 1995: 39-44).

O trânsito dos exércitos medievais para os exércitos permanentes modernos implicou numa grande transformação na concepção que a nobreza tinha da *milícia*. Fatores como as exigências técnicas das novas formas de guerra, a especialização da artilharia e dos engenheiros e a maior importância dada à infantaria provocaram modificações na contribuição da nobreza ao serviço de seus monarcas. A nobreza transformaria o seu tradicional serviço de defesa do rei em um ofício, em uma profissão e mais tarde, no seu principal meio de sustento. Ainda que com muitas tipologias de nobreza militar, o serviço ao Estado, na carreira das armas, foi generalizado em todas as monarquias européias, ficando reservados os postos de mando àqueles que se pressupunha terem o dever e a competência para desempenhá-los.

No final do século XVI, com a integração de Portugal à monarquia hispânica (1580-1640), o Estado da Índia começou a sofrer ataques de holandeses e ingleses, tendo-os enfrentado com êxito até 1622, data em que perdeu Ormuz para o xá da Pérsia, apoiado pela Inglaterra, bem como as suas posições no Japão (1639). Em decorrência do processo de restauração de Portugal e sua independência em relação à Espanha (1640-1668), os holandeses aproveitaram para conquistar uma série de posições portuguesas na Ásia: Málaca (1641), Onor, Barcelor e Mangalor (1652-54), Ceilão (1656), Coulão (1658), Cranganor (1662) e, finalmente, Cananor e Cochim (1663). Essas perdas retiraram coerência ao domínio luso em várias regiões orientais, obrigando Portugal a reformular a sua estratégia e a concentrar esforços na costa oriental da África (Moçambique), na Índia (em Goa e nas praças do norte: Diu, Damão, Baçaim e Chaul), no sudeste da Ásia (Timor) e na China (Macau).

A Restauração de Portugal e a formação de um exército permanente

Na década de 1640, sob o cetro de dom João IV (1640-1656), procurou-se sistematizar a organização militar portuguesa, criando-se o exército permanente, os corpos auxiliares e o Conselho de Guerra. Aproveitando-se de uma estrutura preexistente, procurou-se recrutar, mesmo com certa resistência, os homens necessários à formação do exército nas listas das ordenanças. Os militares dos *corpos auxiliares* gozariam dos mesmos privilégios dos soldados pagos e seriam, de preferência, os “nobres, honrados e afazendados”, que deviam acudir “com maior vontade a defesa da sua Pátria e a quem melhor caberia receber as régias mercês”³⁰. A formação da força militar durante a *Guerra da Restauração* foi marcada pela falta de soldados e de meios. Os efetivos eram compostos igualmente por *terços auxiliares* e *terços pagos*, deixando clara a impossibilidade de defesa assentada exclusivamente nas forças permanentes (Costa, 2002).

Durante o processo de Restauração, a reunião das Cortes em 1645-46 e 1653-54 pode ser considerada um momento paradoxal no esforço bélico³¹. As Cortes foram, para os procuradores dos povos, a oportunidade para imporem as contrapartidas do financiamento concedido. Em primeiro lugar, a defesa da consagrada autonomia do governo concelhio contra a possibilidade da sua integração em redes criadas pelos novos agentes, já que as inovações da guerra legitimavam a inovação. Em segundo lugar, obter a libertação das sociedades locais das tarefas diretamente relacionadas com a guerra, resgatadas pelo ato de auto-tributação. Ao mesmo tempo, solicitar as concretizações locais dos tributos em obras e em forças pagas (Costa, 2002:1177).

Para o processo de recrutamento o rei subscrevia as instruções que seriam dadas aos agentes recrutadores, mas quando confrontado com as queixas, estranhava a violência presente na aplicação dos métodos previstos nessas mesmas instruções. As queixas se relacionavam aos abusos

²⁹ *Estado* é a posição relativa que as criaturas ocupam na ordem ou ordens de Criação de que fazem parte. Portanto, *status* é a condição ou qualidade das “pessoas” que faz com que alguém (ou alguma coisa) seja membro de alguma sociedade (organismo) e tenha comunicação com o seu direito (ou norma de organização).

³⁰ CARTA régia sobre a criação dos soldados auxiliares. Lisboa, 7/1/1645. Coleção da legislação portuguesa, p. 271.

³¹ As Cortes convocadas em 1641 procuraram formalizar a legitimidade da dinastia de Bragança. Já, as de 1645-1646 e 1653-1654, trataram de reunir os meios financeiros para a continuação da guerra através da cobrança da *décima*. As Cortes destinavam-se a uma operação de auto-tributação que, tendo raízes em épocas anteriores, foi indispensável à sustentação das forças bélicas que durante a Guerra da Restauração.

cometidos durante o recrutamento pelos capitães-mores e às prisões de pais e parentes de soldados como forma de os obrigarem a permanecerem nas fronteiras (Costa, 1998: 998).

O modelo tático adotado inicialmente pelos corpos militares portugueses nas diversas partes do Império Português foi o *Terço Espanhol*. Desde o século XVI o terço se impôs como a solução hegemônica na organização dos exércitos europeus, sendo considerado uma especificidade militar da Espanha. Do ponto de vista tático sua eficácia residia no predomínio da infantaria sobre a cavalaria e na combinação de armas brancas e de fogo (Quatrefages, 1979).

O registro sistemático dos feitos militares e a base para a administração dos domínios ultramarinos

No início do século XVIII, a Coroa portuguesa vê a necessidade de organizar a memória e vincular os atos das mais representativas glórias militares à vontade do rei, bem como fixar para a posteridade a imagem dos fatos vividos nos territórios ultramarinos. Nesse sentido foi fundada, em dezembro de 1720, a Academia Real de História Portuguesa, para onde foram enviados os documentos de interesse para a escrita da História Militar. A partir de então intensificam-se, de maneira oficial, os registros dos feitos bélicos lusitanos nas quatro partes do mundo. Na América Portuguesa, especificamente em Salvador, foi fundada a Academia Brasílica dos Esquecidos, em 27 de março de 1724. A primeira obra de natureza oficial que procurou narrar os feitos militares dos lusitanos na América Portuguesa veio a lume em 1º de junho de 1723, e intitulou-se: *Nova Escola de Belona, Guerra Brasílica ou Exercício de Marte*, escrita pelo professor de História Militar Inácio Barbosa Machado.

Os conhecimentos militares adquiridos pelos portugueses através dos seus diálogos com outros povos possibilitaram a constituição de saberes colocados à disposição dos vice-reis (capitães-de-mar-e-terra) e governadores (capitães-generais) para a administração dos diversos pontos do Império Ultramarino Português. Os filhos de Marte partiram da Lusitânia e se estabeleceram nas quatro partes do mundo.

FONTES PRIMÁRIAS

Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda

CARTA de Francisco Rodrigues Silveira, inclusa no final dos *Discursos sobre a Reforma da Justiça da Comarca da Beira e Entre Douro e Minho*. Códice 49-XI-19, fl. 99-100.

SILVEIRA, Francisco Rodrigues. *Reforma da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental (1599)*. Códice 49-XI-19.

Biblioteca Nacional de Lisboa

COUTO, Diogo do. *O Soldado Prático*. 1612. Cód. 463.

CORREIA, João de Medeiros. *Perfeito soldado e política militar*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1659.

FORTES, Manuel de Azeredo. *O engenheiro português*. Lisboa: Manuel Fernandes da Costa, 1728-1729.

LEMOS, João de Brito. *Abecedário militar* do que o soldado deve fazer até chegar a ser capitão e sargento-mor, e para cada um deles in solidam e todos juntos saberem a obrigação dos seus cargos e o modo que terão em formar companhias, batalhões e esquadrões. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1631.

MACHADO, Inácio Barbosa (lente da História Militar na Academia Brasílica dos Esquecidos). Nova Escola de Belona, Guerra Brasílica ou Exercícios de Marte: dissertações críticas, jurídico-históricas do descobrimento e origens dos povos e regiões desta América, povoações, conquistas, guerras e vitórias com que a nação portuguesa conseguiu o domínio das quatorze capitanias. Bahia, 1/6/1723. Cód. 848.

PIMENTEL, Luís Serrão. *Método lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a arquitetura*. Lisboa: Impressão de Antônio Craesbeeck de Melo. 1680.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luís de. A “Aula da Esfera” do Colégio de Santo Antão no século XVII. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

AYTON, A., PRICE, J. L. *The medieval military revolution. State, society and military change in medieval and early modern Europe*. Londres, 1995.

ALVES, Ana Maria. *Iconologia do poder político no período manuelino: à procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985

BARRETO, Luiz Filipe e MARTINS, Maria Manuela de Oliveira. *Guia do Museu Centro Científico e Cultural de Macau*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2003.

BARROS, João de. *Décadas da Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988-1992.

BLACK, Jeremy. *A military Revolution? Military Change and european society 1550-1800*. Basingstoke: MacMillan, 1990.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, Lana Mara de, e FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (orgs.). *Inaugurando a História e Construindo a Nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 123-148.

BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1976.

CARDINI, Franco. *La culture de la guerre, Xe-XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1992.

CASTILLO, Francisco Andújar. *Ejércitos e militares en la Europa moderna*. Madrid: Editorial Síntesis. 1999.

CONTAMINE, Philippe. *La guerre au Moyen Âge*. Paris: PUF, 1980.

COSTA, Fernando Does. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa, vol. 33, n.º 149, p. 969-1017, 1998.

COSTA, Fernando Does. As forças sociais perante a guerra: as cortes de 1645-46 de 1653-54. In *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa, vol. 36, n.º 161, p. 1147-1181, 2002.

COTTA, Francis Albert Cotta. *No rastro dos Dragões: Universo militar luso-brasileiro e as políticas da ordem nas Minas setecentistas*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2004. 302 f.

DE COUTRE, Jacques. *Andanzas asiáticas*. Madrid: Síntesis, 1991.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HALE, John Rigby. *War and Society in Renaissance Europe (1450-1620)*. London: Fontana, 1985.
- HESPAHHA, Antônio Manuel. *História de Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- MATOS, Gastão de Melo de. Memória sobre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. IX, Lisboa, 1945.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime. *Revista Ler História*, nº 10, 1987, p. 15-51.
- MOREIRA, Rafael. Um tratado português de arquitetura do século XVI (1576-1579). In *Universo urbanístico português (1415-1822)*. Lisboa, 1998, p. 353-398.
- NUNES, Antônio Lopes Pires. *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico Militar, 1988.
- PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish road (1567-1659)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- PIRASSINUNGA, A. S. *O ensino militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1942.
- QUATREFAGES, René. *Los tercios españoles (1567-1577)*. Madrid: Fundación Universitaria Española. 1979.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Marrocos no século XV aos princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa. *Anais de História de além-mar*. Lisboa, n.º 2, 2001.
- ROBERTS, Michael. *The military Revolution, 1560-1660*. Belfast: Queen's College, 1956.
- SOUZA, Alfredo Botelho de. *Subsídios para a história militar marítima da Índia*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1930.
- SOROMENHO, Miguel. *Descrever, registrar, instruir: práticas e usos do desenho*. In: A ciência do desenho. Lisboa: Biblioteca nacional, 2001, p. 19-24.
- TILLY, Charles. *Las revoluciones europeas, 1492-1992*. Barcelona: Bolsillo, 2000.
- ROGERS, C. J. *The military revolution: readings on the military transformation of early modern Europe*. Oxford, 1995.
- VÉRIN, H. *La gloire des ingénieurs - l' intelligence technique du XVIe. au XVIIIe. siècle*. Paris: Albin Michel, 1993.
- VITERBO, Francisco Marques de Souza. *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.